

CARTA DE POSICIONAMENTO

Prefeitas e Prefeitos da Comissão Permanente de Cidades Amazônicas, em exercício de seus mandatos

Considerando:

- A Amazônia Legal abrange nove estados brasileiros — Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins —, ocupando cerca de 60% do território nacional e concentrando 20% da água doce superficial do planeta (IBGE, 2023; ANA). Com uma das maiores florestas tropicais do mundo, que reúne um terço das árvores do planeta (RAISG, 2020), a região somava, em 2022, 27,8 milhões de habitantes, sendo 76% urbanos (IBGE, 2023).
- Além de seu papel crucial na regulação do clima global — por meio dos “rios voadores” que sustentam chuvas e economias agrícolas —, a Amazônia enfrenta crescentes impactos da crise climática, como cheias, secas, incêndios e degradação ambiental, agravados por atividades ilegais. Não por acaso, cerca de 40% dos afetados por desastres climáticos no Brasil estão na região Norte (S2ID, 2023).
- As cidades amazônicas são polos regionais fundamentais para serviços, cultura, geração de renda e para impulsionar uma nova economia baseada na floresta em pé. No entanto, acumulam desafios estruturais, como saneamento precário, transporte fluvial limitado, baixa conectividade, acesso restrito a energia limpa e falta de empregos de qualidade, além dos impactos da degradação ambiental.
- Reconhecer o papel estratégico das cidades amazônicas para as agendas climática, de biodiversidade e de desenvolvimento urbano sustentável é urgente. Isso exige fortalecer a articulação entre prefeitos e prefeitas da região, ampliando o protagonismo local e o diálogo qualificado com instâncias nacionais e internacionais.
- A governança climática integrada requer a prática do Federalismo Climático, com cooperação efetiva entre os diferentes níveis de governo. Esse princípio orienta iniciativas como a Coalizão CHAMP, lançada na COP 28 e assinada pelo Brasil, que reforça o papel dos governos subnacionais na contenção do aquecimento global e na implementação de ações climáticas, além de destacar a necessidade de ampliar e acelerar o financiamento climático para as cidades.
- A Coalizão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia (DUSA) surge como uma iniciativa que articula instituições e lideranças locais para fortalecer a agenda urbana na Amazônia Legal. A DUSA apoia a implementação de políticas públicas, fomenta a produção de conhecimento e contribui para o desenvolvimento de políticas nacionais alinhadas às especificidades amazônicas. No seu âmbito, a Comissão Permanente de Cidades Amazônicas promove o protagonismo e o posicionamento conjunto dos municípios na construção de políticas públicas e de uma agenda urbana sustentável para a região.

Reivindicamos:

O fortalecimento do protagonismo das cidades Amazônicas para o avanço das agendas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas, para a proteção da floresta e a garantia de modos de vida dignos e sustentáveis para todos os povos, local, nacional e internacionalmente. É imprescindível que as cidades amazônicas estejam no centro da construção de soluções e políticas para a região.

Apoio para que prefeitas e prefeitos possam garantir infraestrutura e oferta de serviços para a população e promover assim a melhoria dos indicadores sociais, contando com políticas e programas específicos do Governo Federal para essa região.

A promoção do desenvolvimento urbano na Amazônia levando em conta o fator amazônico, as necessidades locais, a proteção e valorização da cultura, modos de vida tradicionais, e o urgente combate à desigualdade socioeconômica e, evitando a importação de modelos externos não aplicáveis ao contexto local.

O fortalecimento das capacidades institucionais para as administrações locais e regionais da Amazônia Legal, voltados para o apoio à captação de recursos nacionais e internacionais e criação de uma agenda positiva de financiamento climático local garantindo, assim, que a oferta de recursos tenha critérios condizentes com a capacidade de endividamento e características populacionais, sociais, territoriais e econômicas das cidades amazônicas.

Maior articulação entre a Coalizão DUSA e a OTCA, via Fórum de Cidades Amazônicas, para incidir nas discussões regionais sobre a Amazônia Legal e fortalecer a pauta das cidades amazônicas na agenda de ação da COP 30.

Articulação com o Governo Federal para priorizar e acelerar o acesso aos recursos de financiamento e políticas de apoio para cidades que apresentam barreiras fiscais, baixa capacidade financeira e que vivenciam um alto nível de vulnerabilidade climática.

Prever mecanismos de financiamento público e privado para adaptação, gestão de riscos e prevenção de desastres climáticos nos municípios amazônicos, com critérios de pontuação diferenciados para soluções baseadas na natureza.

Que se promova a visibilidade de políticas públicas e experiências exitosas das cidades amazônicas, como a produção científica e a inovação, de modo a disseminar soluções e conhecimento local na região amazônica, no Brasil e no mundo.

Que a realização da COP30 seja uma janela de oportunidade para a estruturação de uma agenda comum, multinível, intersetorial, nacional e internacional para o desenvolvimento urbano sustentável da Amazônia, baseado nas pessoas.

Que a COP 30 tenha um espaço para a mobilização do povo amazônida e seus representantes, como evocado pelo Presidente da COP 30, da necessidade de um “mutirão” para salvar o planeta, por meio da sociedade civil, empresas e entidades públicas, visando apresentar as soluções amazônicas para o mundo, bem como que preveja um espaço de visibilidade para os governos locais amazônicos e suas políticas em defesa da vida das pessoas e do manejo sustentável dos recursos naturais, além das ações de combate às mudanças climáticas.

Belém, abril de 2025

Comissão Permanente de Cidades Amazônicas (CCA)

